

O PAPEL DA ESCOLA E DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS SURDAS

Dávilla de Almeida ¹
Erika Cristina Lima da Silva Santiago ²
Priscila Maria do Carmo Pontes ³

INTRODUÇÃO

A deficiência de início provoca um impacto e também uma quebra na constância identitária da família. Com isto, esta instituição precisa remodelar-se e reajustar-se à uma nova realidade, às necessidades do seu filho; adaptando suas ações e incentivando-os para que bem se desenvolvam. Questiona-se a respeito de: Como a escola constrói uma relação com as famílias, dos alunos surdos, visando promover participação ativa dos pais?

Sabemos como a família é importante na formação de cada indivíduo como primeira instituição formadora e como a base na identidade de cada pessoa. Considera-se importante perceber a efetividade das ações implementadas na escola bem como seus respectivos resultados.

E desta forma, a escola tem um papel fundamental nos processos de integração por ser responsável em facilitar e assim transformar a realidade de seus estudantes independente de suas limitações, peculiaridades e dificuldades de aprendizado. Saviani (1991, p.18) afirma que “nesse sentido, a escola configura-se numa situação privilegiada, a partir da qual podemos detectar a dimensão pedagógica que subsiste no interior da prática social global. A escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado”.

Assim, este artigo justifica-se pela importância da implementação de estratégias que aproximem as famílias de alunos surdos da escola.

Dito isto, buscamos neste artigo, investigar a efetividade das estratégias adotadas pela escola no processo de aproximação da família ao processo de ensino e aprendizagem da criança surda.

METODOLOGIA

¹ Graduada do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Unifacol - PE, davilladealmeida@hotmail.com;

² Graduada no Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, erikacristinalima.9@gmail.com;

³ Professor orientador: Doutora pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, priscillacarmopontes@hotmail.com.

Metodologicamente, este artigo configura-se como uma pesquisa bibliográfica (GIL, 2019) a partir da exposição de teóricos renomados em suas respectivas áreas de atuação e investigação como Regen (2005), Winnicot (2005) e Perlin (2006). Esses autores apontam para a importância da percepção dos aspectos relevantes ao aluno surdo bem como da importância de um olhar pedagógico diferenciado e das estratégias pedagógicas que precisam ser avaliadas e implementadas.

Realizamos, para tanto, um levantamento dos artigos e livros destes teóricos e afins, disponíveis nas bases de dados: Portal da Capes e Google Acadêmico. Os critérios de inclusão se basearam em documentos disponíveis on-line, completos e gratuitos, contendo conteúdos pertinentes ao tema.

Para analisar os dados, utilizamos a metodologia de Análise de Conteúdo da Bardin (2011), que basicamente trata-se de representar um certo conteúdo a partir de uma forma diferente da fonte/original, fazendo operações para facilitar a leitura e menção, fazendo uma análise inicial, a criação de categorias e a interpretação dos dados, as últimas duas concomitantemente.

REFERENCIAL TEÓRICO

Considerações sobre o papel da família da criança surda e suas transformações

Mesmo quando não é planejada, uma criança é projetada para ser o melhor de seus pais, ela será educada com bons valores e irá refletir o sucesso de seus genitores. Um filho ainda assim é um indivíduo desconhecido, então seus pais criam expectativas esperando seu nascimento para lhes proporcionar tudo que foi pensando. Naturalmente, ao pais esperam que a criança nasça, cresça e se desenvolva como toda criança.

Há casos, segundo Bisol (2004), onde o deficiente auditivo não denota esteticamente características de uma possível deficiência, o que causa um impacto mais característico na família no momento do diagnóstico e isto pode afetar a relação entre pais e filhos quando há principalmente uma queda de interações e nenhum esboço oral de comunicação.

Trazemos esta relevância acerca da relação dos pais com o filho surdo pelo fato de que, seus filhos os próprios filhos almejam nas interações familiares usufruir de um espaço confortável, seguro e que se sintam acolhidos (WINNICOTT, 2005). Uma das características mais notáveis das famílias foi a forma como passaram a ver seus filhos com Necessidades Especiais como membros ativos e participantes.

Uma vez que as crianças com Necessidades Especiais passaram a ter acesso à educação, muitos pais negligenciavam este acompanhamento da escola, depositando nos professores a responsabilidade de moldar seus filhos para se comportarem como os demais alunos a fim de crescerem o mais próximo possível da “normalidade” (ARIÈS, 2006).

Essa readequação inicial do ambiente escolar permitiu principalmente diagnósticos iniciais de crianças surdas, o que pode proporcionar a estes pais o interesse de buscar informações e formas de se adaptarem ao universo dos filhos. Esta aproximação quebrou um pouco a relação tradicional e patriarcal da família permitindo que os pais se aproximassem mais e acompanhassem melhor seu desenvolvimento (WINNICOTT, 2005).

Estas novas possibilidades de relações entre o aluno surdo e a família fortalecem o próprio processo de aprendizado pois, uma vez que os pais percebem a deficiência auditiva e investem no desenvolvimento de seus filhos (SACKS, 2005).

Reconhecer a deficiência do filho é um grande passo, mas, para que de fato haja uma contribuição efetiva, a família precisa buscar mais informações para suprir as necessidades de comunicação com a criança, fora do ambiente escolar (REGEN, 2005).

Uma das mudanças mais significativas da atualidade para as relações de aprendizado inclusivas é o entendimento dos pais de que os filhos precisam se desenvolver com os demais alunos na escola e a proposta conjunta da escola em estabelecer condições físicas, sociais, emocionais, linguísticas e de aprendizado valorizando a inserção da família e contando com a participação destas famílias (SOARES, 1999).

O papel da escola no processo de ensino do aluno surdo

As últimas décadas foram significativamente marcadas pelos processos de educação onde a qualidade passou a ser cobrada em todas as instituições de ensino e não apenas nas escolas ditas do alto escalão (SOARES, 1999).

Para as pessoas com Necessidades Especiais estas conquistas aconteceram de forma bem mais lenta. Para estes, as propostas pedagógicas surgiram em curtos prazos e boa parte dos profissionais além de não terem conhecimento de diretrizes específicas para este trabalho não tinha uma formação diferenciada para lidar com as diferentes deficiências existentes no ambiente educacional (CICCONE, 1996). Logo, a escola não exercia o papel de instituição transformadora e os alunos não se apropriavam de seus direitos em aprender (JANNUZZI, 2004).

Diretrizes legislativas como a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e também a LDB nº 9394/96 (BRASIL, 1996), possibilitaram a escola de forma geral a buscar,

com os profissionais e com a comunidade, estratégias que possibilitassem a inserção e a inclusão dos alunos independente de suas necessidades à toda dinâmica escolar. Tais documentos promoveram novos debates acerca do espaço da pessoa com deficiência na sociedade e não apenas dentro da escola.

Saviani (1991) especifica que o processo educativo precisa contemplar o aluno universalmente. Subentende-se com esta afirmativa que a escola tem o compromisso de permitir que o aluno explore diferentes possibilidades de aprender. Concordando com esta afirmativa trazemos a seguinte afirmativa de (BEYER, 2006, p.75-76): “A escola que se pretende inclusiva em cujo espaço não existam campos demarcados, do tipo, aqui está os alunos ‘normais’ e ali os ‘especiais’ ou os ‘incluídos’, como se escuta com frequência [...] acaba por acentuar as distinções pessoais”.

De acordo com Dorziat (1999), as decisões acerca do trabalho com alunos com Necessidades Especiais precisam ser tomadas coletivamente, ou seja, com a participação dos gestores, professores, dos alunos, das comunidades e principalmente com os alunos surdo e seus familiares. Se a escola implementa estas concepções, permite que o aluno exerça sua autonomia e consiga se desenvolver, ela também reafirma seu dever político, ideológico e humano (SACKS, 2005).

O aluno precisa sim reconhecer que tem uma deficiência, mas a escola precisa lhe mostrar todos os caminhos que ele pode superar além das deficiências que são inerentes à sua vida (STROBEL, 2008).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As mudanças paradigmáticas nas políticas educacionais tiveram como consequência um grande avanço nas mobilizações acerca da inclusão dos surdos no meio escolar com projeto inclusivo.

Assim, as escolas precisam ter em seu corpo docente profissionais aptos a este trabalho com um perfil tanto qualitativo quanto humanizado refletindo em uma prerrogativa de igualdade entre os alunos, a escola precisa criar possibilidades que permitam eles criarem e não apenas observarem. A escola precisa permitir que o aluno surdo vivencie situações significativas e palpáveis à sua realidade.

Para tanto, a própria instituição “família” tem a responsabilidade em prover aos seus filhos independente de suas limitações físicas e cognitivas diferentes percepções de relações do mundo. Como instituição mais importante na vida do indivíduo a família do aluno surdos

precisa oferecer, à este, possibilidades para que se desenvolva, assim, pode se tornar um adulto capaz de tomar as próprias decisões e não viver em detrimento das decisões de terceiros.

Sendo assim, é necessário que o aluno surdo, antes de tudo, sinta-se seguro dentro da escola, seu aprendizado não depende apenas de um trabalho pedagógico e de professores qualificados, mas sim, do reconhecimento de ser aceito e do direito de exercer o uso de sua linguagem de comunicação como parte de sua identidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho permitiu reafirmar a importância da família e da escola atuando juntamente na formação plena do aluno surdo. Para que a comunicação transcenda o ambiente familiar, é importante a criança surda estabelecer contatos com adultos que dominem a linguagem de sinais, que precisam estar presentes na escola. Para a criança surda, a linguagem de sinais será sua língua primária, e, a partir deste ponto, ela consegue estabelecer relações, conhecimentos, regras e a afirmação de seu lugar social, acadêmico, humano e afetivo.

A educação inclusiva também se configura como democrática por trabalhar em conjunto para a busca de projetos em comum que beneficiem a todos. Portanto, para que o processo inclusivo com o aluno surdo seja eficiente, é preciso que tanto a escola quanto a família não vitimizem, não banalizem e tampouco vejam este aluno como uma pessoa limitada.

Conhecendo a família, a escola tem um melhor esboço das relações que circundam o aluno, assim, também pode inserir os pais no processo inclusivo, lidando com as barreiras, seja esta barreira o desinteresse dos pais em serem participativos, seja a proteção exagerada dos pais para com os filhos. Em ambas as situações, a escola precisa promover a reflexão de que a deficiência não exime a capacidade do aluno em se desenvolver, mas a responsabilidade para que ele se desenvolva está interligada ao comprometimento da família e da responsabilidade da escola.

Palavras-chave: Surdo; Escola; Família.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70; 2011.

BEYER, H. O. Da integração escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas. In: BAPTISTA, C. R. Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: **Mediação**, p.75-76, 2006.

BISOL, C. A. Construção de uma Identidade Cultural de Surdos em Parceria com Pais Ouvintes. **Revista Espaço**, n. 22, p. 20-27. Jul./Dez. 2004.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 12 jul, 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 12 jul, 2019.

CICCONE, M. Comunicação Total: introdução, estratégias a pessoa surda. 2ª Ed. Rio de Janeiro: **Cultura Médica**, 1996.

DORZIAT, A. Reflexão sobre a inclusão e suas implicações pedagógicas. **Cadernos de Educação Especial**, Santa Maria – RS, v.2, n.14, p.37-44, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

JANNUZZI, G. S. M. A. Educação do Deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. 1. ed. Campinas: **Autores Associados**, 2004.

PERLIN, G.T.T. Histórias de vida surda: identidades em questão. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: **UFRGS/FACED**, 1998.

REGEN, M. A. Instituição família e sua relação com a deficiência. **Revista do Centro de Educação**, n. 27, p.1-8, 2005.

SACKS, O. *Vendo Vozes*. Uma viagem ao mundo dos surdos/ tradução: Laura Teixeira Motta. 5. Ed. São Paulo: **Companhia das Letras**, 2005.

SAVIANI, D. Escola e democracia: teoria da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 25.ed. São Paulo: **Cortez/Autores Associados**, 1991.

SOARES, M.A.L. A educação do surdo no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista: **EDUSF**, 1999.

STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura Surda. Florianópolis: **UFSC**, 2008.

WINNICOTT, D. W. A família e o desenvolvimento individual. 3. ed. São Paulo: **Martins Fontes**, 2005.